

○ O PROJETO CABRAL

Modelo eleitoral vem do Chile de Allende

EUGENIO NOVAES



A idéia de criar um Colégio Eleitoral congressual para escolher em segundo turno o Presidente da República foi inspirada no sistema de votação que elegeu Salvador Allende presidente do Chile, há quase 20 anos. A revelação foi feita pelo próprio relator da Comissão de Sistematização Bernar do Cabral (PMDB/AM). "Foi uma bela idéia e servirá para fortalecer o Parlamento, que é o Colégio Eleitoral de maior representatividade em todo País". Ele não aceitou, entretanto, a acusação de que teria revivido o antigo sistema da Velha República. "Está havendo um equívoco, o Colégio espurio não existirá", garantiu o relator.

Repetindo sempre que foi coerente consigo mesmo, quando se decidiu pela manutenção das propostas do primeiro substitutivo no caso de impasses, Bernardo Cabral desmentiu que a proposta de criação do Colégio Eleitoral congressual tivesse sido fruto de uma articulação havida na casa do presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, e sugerida pelo ministro da Previdência Raphael de Almeida Magalhães.

O Ulysses sabia desde o início que a idéia era mihna. O ministro Raphael de Almeida Magalhães não tem nada com isso, estão querendo fazer intriga com o nome dele.

De acordo com o "Cabral II", na eleição para o futuro Presidente da República, se não for atingida a maioria absoluta no primeiro turno de votação, em

um segundo turno realizado 30 dias após o primeiro, cabe ao Congresso Nacional decidir sobre os dois mais votados. Mas o relator garante que os atuais deputados e senadores eleitos em 86, não deverão participar deste processo, já que o projeto prevê um mandato de 6 anos para o Presidente José Sarney. "Minha intenção foi só estabelecer o princípio, sem especificar data", disse.

Sentado por mais de três horas no plenário da Câmara dos Deputados, Cabral se dispôs a medir o grau de aceitação do seu último projeto de Constituição, ouvindo críticas — alguns elogios — de representantes do centro, direita e esquerda. No final, não quis respondê-las, alegando que "um homem educado não responde a grosserias", mas reclamou que de um total de 264 artigos, estão "pinçando uns três ou quatro e metendo o pau no resto".

Em relação à acusação do consultor-geral da República Saulo Ramos, de que seu projeto continha "princípios nazistas" no capítulo dos Direitos Individuais, Cabral disse que a denúncia tinha sido vaga, não tendo inclusive identificado o artigo a que se referia o consultor. "Já vi que muita gente está criticando sem ter lido o texto. Os que mais reclamam são os que não leram", rebate o relator, argumentando que esta versão avançou bastante em relação ao anterior, prevendo inclusive o direito de greve para os servidores públicos.

Ele aproveitou para res-

ponder às críticas desferidas pelos ministros Paulo Brossard, da Justiça, Bresser Pereira, da Fazenda, que afirmaram que o País ficará ingovernável se permanecer como está, a parte referente ao sistema tributário.

Agora eles estão dizendo que não participaram da elaboração do texto, mas a parte tributária foi fechada na casa do ministro Ronaldo Costa Couto na presença do Bresser, do deputado Francisco Dornelles, do senador Virgílio Távora e do deputado José Serra. Se o sistema tributário ficar como está, os Estados e municípios é que vão continuar cada vez mais falidos. Todos já deveriam saber disso, que o que precisa haver é uma descentralização tributária a concentração que houve ao longo dos últimos 10 anos — justificou, visivelmente irritado, o relator.

A supressão do artigo que proibia a propaganda de cigarros, bebida alcoólica, agrotóxicos e remédios, por exemplo, bastante criticada, Cabral revelou que se limitou a acatar um pedido do próprio autor da proposta, o deputado José Elias Murad (PTB/MG). "O Antônio Brito, que estava negociando o capítulo de Comunicação, veio me procurar para falar sobre o assunto e eu lhe disse que só aceitaria mudar a proposta se ele me trouxesse uma carta manuscrita do Murad. No outro dia ele me entregou mensagem em que o autor abria mão da proibição da propaganda para estes produtos e eu a acatei. Eu fui coerente".

O deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), após várias semanas afastado de qualquer atividade na estera da Câmara dos Deputados, teve tempo e disposição ontem para participar de uma sessão da Casa. Chegou ao plenário por volta das 15h, quando críticas e elogios já se acumulavam sobre seu segundo substitutivo. Sentou ao lado da deputada Rita Camata (PMDB/ES) e minutos depois estava também acompanhado pela deputada Raquel Cândido

(PFL/RO). Nesta situação permaneceu por uma hora, concedendo uma série de explicações à constituinte pefelista, manuseando uma cópia do anteprojeto, e a outros deputados que se aproximaram com o mesmo propósito. O deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), por exemplo, quis saber por que Cabral não acolheu, como havia prometido, a aposentadoria para os professores aos 25 anos de trabalho.

Haddad: Fica muito fácil criar partido

O presidente do PSB, senador Jamil Haddad, está preocupado com o que dispõe o segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral no que se refere à criação de novos partidos. Nas disposições transitórias, o relator prevê que 30 parlamentares possam se reunir e formar um novo partido, conseguindo o registro de imediato.

"Nos não somos contra a criação de novos partidos, mas só que queremos que seja feita justiça. Afinal, nós do PSB lutamos muito para conseguir nosso registro provisório e, agora, qualquer partido pode se formar de imediato", disse o senador. O PSB defende o registro do partido, assim que este conseguir representação no Congresso Nacional.

Outra preocupação do senador do PSB reside na instituição do Colégio Eleitoral para a escolha do Presidente da República. Para Jamil Haddad, é impossível no momento político atual, admitir eleição indireta do Presidente da República.

Gregori acha que reforma teve "avanço"

O chefe de gabinete do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, José Gregori, declarou, ontem, que o tratamento dado à questão da reforma agrária, no novo substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, representa "um avanço" em relação ao pensamento do grupo do deputado Jorge Viana (PMDB-BA), que predominou no documento aprovado na Comissão de Ordem Econômica.

Para Gregori, a proposta "não deve ser tão ruim, em razão das manifestações de desgosto da União Democrática Ruralista" (UDR). Ele observou que a concretização da função social da propriedade prevê, segundo o substitutivo, que a propriedade não existe por ela mesma, mas para cumprir aspectos interessantes nas suas disposições, como o que trata das inabilitabilidades.

PDT propõe campanha com novo esquema

Para o deputado Brândão Monteiro (PDT-RJ) não é mais possível manter os mesmos níveis na campanha pelas diretas. A opção pelo regime parlamentarista de governo, que consta no substitutivo elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), instituído, no entender do líder do PDT na Constituinte, "a ditadura congressual do PMDB".

Ontem à tarde, na sala de liderança do PDT, Monteiro anunciou aos jornalistas, que já estão em andamento negociações com o Partido dos Trabalhadores (PT), para reordenar o esquema de comícios pelas diretas. Os outros partidos que estão envolvidos no movimento, principalmente os comunistas (PCB e PC do B) serão consultados para rever posicionamentos, uma vez que o PDT e o PT são presidencialistas, enquanto os partidos comunistas e outras legendas que integram a campanha são ou possuem fortes núcleos parlamentaristas.

Tributos e sistema preocupam Sant'Anna

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, já entregou 120 destaques tratando principalmente de sistema de governo e da parte financeira e tributária, mas a previsão é de que até o final do prazo, que se esgota quarta-feira, ele providencie uma nova bateria deles para corrigir os pontos que não têm aprovação do seu grupo.

O deputado reuniu-se ontem com os líderes do PT, PDT e PFL quando acertou algumas composições entre os presidencialistas de modo a que eles consigam somar votos e aprovar a emenda que deseja dentro da Sistematização. E revelou que será um texto novo, formado a partir das emendas do PDT, Theodoro Mendes, Ricardo Fiuz, Manoel Moreira, Humberto Lucena, Francisco Amaral e José Moura.

Sant'Anna já admite evoluções, como deixar o voto distrital para a legislação ordinária e mudar a censura aos ministros aceitando

a censura coletiva ou apenas para os civis. Na sua opinião, isso atende o PDT na essência de suas exigências. Mas o PT reclama de Decreto-lei, instrumento que o Governo e o PDT acham fundamental para a celeridade da administração pública.

As conversações tem se desenvolvido em meio a sucessivas reuniões partidárias para a apresentação de destaques e acertos de votação na Comissão. Sant'Anna disse que não está apenas desesperancoso, pois ganhará na sistematização com o presidencialismo porque trabalha pela não fragmentação dos votos.

GOVERNADORES

O substitutivo do relator da Constituinte determina um prazo de seis meses para que os governos estaduais e prefeituras se adaptem ao novo modelo parlamentarista, caso ele venha a ser aprovado em plená-

rio. Esse é um dos pontos que tem levado o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, a aumentar sua esperança de que muitos votos parlamentaristas mudem em função das pressões dos governadores, que não desejam ver seus mandatos e poderes esvaziados.

Segundo Sant'Anna, os governadores haviam recebido a garantia expressa do relator no sentido de que seus mandatos seriam preservados e nenhuma alteração introduzida logo. Agora, revelado o substitutivo e constatada a quebra do acordo, a liderança governista está certa de que muitas influências serão exercidas junto às bancadas estaduais para evitar mudanças tão bruscas como essas.

O líder do Governo comentou ontem que depois de examinar detidamente o substitutivo observou aspectos interessantes nas suas disposições, como o que trata das inabilitabilidades.

Ulysses: "Eu nem sabia disso"

O presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, criticou ontem a possibilidade da escolha indireta, pelo Congresso Nacional, do Presidente da República. A possibilidade está prevista no segundo substitutivo de Bernardo Cabral quando, num primeiro turno direto, nenhum candidato conseguir maioria absoluta dos votos. O PMDB vai lutar para retirar este dispositivo da Constituição, segundo informou Ulysses Guimarães.

O presidente do PMDB lembrou que as eleições diretas sempre foram uma bandeira do partido e que o povo está mobilizado para a eleição. E Ulysses rechaçou críticas de setores pefelistas de que a escolha indireta em um segundo turno seria uma medida casuística para favorecer o PMDB. "A decisão foi do relator, eu como presidente do PMDB nem sabia disso", afirmou.

"Temos de usar muita lixa, e lixa da boa para aperfeiçoar este substitutivo", comentou Ulysses Guimarães. Para ele o documento está repleto de lacunas e erros, "mas tem também

coisas boas" — que ele não quis apontar. O presidente da Constituinte disse que ainda acredita na possibilidade de negociação em torno do sistema de governo, "desde que haja vontade política".

Para se dedicar às negociações políticas e ao estudo dos destaques — para votação em separado de determinados artigos, expressões ou emendas — de interesse do PMDB, o presidente da Constituinte cancelou todos os compromissos de sua agenda desde a última quarta-feira. Ontem ele só recebeu uma delegação japonesa, que tinha audiência marcada há mais de um mês.

PERPLEXIDADE

Foi de perplexidade a reação dos peemedebistas à proposta de ressurreição do Colégio Eleitoral, embutida no substitutivo Bernardo Cabral. Entre diversos segmentos do partido, a convicção era de que tal idéia não tem "a menor chance" de ser aprovada na Comissão de Sistematização.

Para o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, este dispositi-

vo será facilmente derrubado tanto na Comissão quanto no plenário. Ele não sabe de onde o relator tirou a idéia e acredita que o povo brasileiro não aceitará nova eleição indireta.

O senador gaúcho José Fogaca (PMDB) pensa da mesma forma. Ele atribuiu a idéia ao PFL, que numa eleição congressual em segundo turno teria condições de negociar os votos de sua bancada em troca de cargos no Governo. Advertiu, contudo, que o feito virou contra o feiticeiro no momento em que o relator estendeu o dispositivo às eleições nos estados e municípios — onde a Frente Liberal possui bancadas pouco expressivas.

Para o deputado Ibsen Pinheiro, vice-líder do PMDB, a ressurreição do Colégio Eleitoral contraria todos os anseios populares. Além disso, como lembrou, se o dispositivo permanecer na Constituição, será o atual Congresso — então em fim de mandato — quem elegerá em segundo turno o próximo presidente da República. "Em 89 ou 90, talvez muitos dos atuais parlamentares já não sejam tão representativos da vontade do povo".

Acordo tenta derrubar indiretas

O Grupo do Consenso, sob coordenação do deputado Euclides Scalco, líder interino do PMDB na Constituinte, fechou ontem acordo com as forças de esquerda favoráveis ao parlamentarismo, para derrubar, na Comissão de Sistematização, "o Colégio Eleitoral recriado pelo relator Bernardo Cabral".

O líder do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire, ressaltou, ao final da reunião com Euclides Scalco, que "nós, parlamentaristas, não temos nenhuma responsabilidade com a posição do senhor Bernardo Cabral, que tirou isso da cabeça dele. Isso é imaginação dele, e nós vamos derrubar esse absurdo".

Além da reunião com os partidos de esquerda — na hora de tratar do sistema de governo, os representantes do PDT e do PT se retiraram da sala — Scalco reuniu ontem um grupo de trabalho, para traçar a estratégia de ação na Comissão de Sistematização, separando os pontos do substitutivo que devem ser apoiados e modificados, e também para elaborar os destaques a serem apresentados hoje.

O tema mais discutido na reunião, que entrou noite adentro, foi, naturalmente, sistema de governo. A matéria, que ficou sob responsabilidade do deputado Pimenta da Veiga O deputado Antônio Brito defendeu a apresentação de vários destaques, que serviriam até como instrumentos necessários à negociação.

Alguns constituintes peemedebistas, contudo, se manifestaram favoráveis a que a liderança do PMDB adotasse a emenda do senador Nelson Carneiro. Essa era, por exemplo, a opinião dos senadores Fernando Henrique Cardoso, e José Fogaca e do deputado Genebaldo Correia.

O líder interino do PMDB, Euclides Scalco, dividiu o grupo de acordo com os temas, indicando também os coordenadores responsáveis por cada título do projeto a ser abordado: o deputado José Serra ficou responsável pela área

de tributos; Severo Gomes, pela ordem econômica; comunicação ficou com o deputado Antônio Brito; Nelson Jobim cuida do Judiciário; Antônio Mariz, da ordem social; Pimenta da Veiga, do sistema de governo; e Jutahy Junior, da organização do Estado.

O deputado Roberto Freire ironizava ontem que os presidencialistas do PDT e do PT terão que se sentar com o presidente José Sarney para traçar uma linha comum de ação. Não estava longe da verdade. O deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, informou que ele e José Genoíno, do PT, foram procurados por Theodoro Mendes e Carlos Sant'Anna "para unificarmos nossas propostas".

tirando o sistema de governo, os partidos de esquerda decidiram se unir com o Grupo do Consenso em torno de diversos pontos, para a votação na Comissão de Sistematização. Eles vão detalhar esses pontos e a forma de defendê-los em outra reunião, quinta-feira.

O deputado Roberto Freire ironizava ontem que os presidencialistas do PDT e do PT terão que se sentar com o presidente José Sarney para traçar uma linha comum de ação. Não estava longe da verdade. O deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, informou que ele e José Genoíno, do PT, foram procurados por Theodoro Mendes e Carlos Sant'Anna "para unificarmos nossas propostas".

tirando o sistema de governo, os partidos de esquerda decidiram se unir com o Grupo do Consenso em torno de diversos pontos, para a votação na Comissão de Sistematização. Eles vão detalhar esses pontos e a forma de defendê-los em outra reunião, quinta-feira.

O deputado Roberto Freire ironizava ontem que os presidencialistas do PDT e do PT terão que se sentar com o presidente José Sarney para traçar uma linha comum de ação. Não estava longe da verdade. O deputado Vivaldo Barbosa, do PDT, informou que ele e José Genoíno, do PT, foram procurados por Theodoro Mendes e Carlos Sant'Anna "para unificarmos nossas propostas".

tirando o sistema de governo, os partidos de esquerda decidiram se unir com o Grupo do Consenso em torno de diversos pontos, para a votação na Comissão de Sistematização. Eles vão detalhar esses pontos e a forma de defendê-los em outra reunião, quinta-feira.

Deputado quer destituir Cabral

A destituição do relator Bernardo Cabral foi proposta pelo deputado José Costa (PMDB-AL), segundo o qual o último substitutivo, de tão mau, é "inimendável". Na opinião dele, para que se votasse destaques para todos os artigos, seriam necessários vários meses de sessões subsequentes, o que prolongaria indefinidamente os trabalhos da Constituinte.

A fórmula regimental para derrubar o relator, de acordo com Costa, é a seguinte: rejeita-se o último substitutivo na Comissão de Sistematização, o que implicará no restabelecimento do projeto anterior. A partir daí, aplica-se subsidiariamente o regimento da Câmara, já que o da Constituinte é omissão, com a designação pela Mesa de outro relator. Tomando por base o substitutivo I, acrescido das milhares de emendas apresentadas, este novo relator produziria um

segundo texto a ser submetido à Comissão.

Numa crítica contundente ao trabalho de Bernardo Cabral, o deputado alagoano afirmou que o relator da Sistematização ignorou todo o esforço desenvolvido até agora pela Constituinte.

"Ele desprezou os trabalhos das subcomissões e das comissões temáticas, produzindo um substitutivo absolutamente pessoal", apontou Costa.

DIAS: 25 e 26. GREG ANO III - APRESENTA FRANCIS HIME. Apoio: Video News e Interline Turismo - Passagens Aéreas em 3 x s/ juros - 226-1514. RESERVAS: 248-5641. ETC